

## DESEMPENHO ELEITORAL DO PSOL PELOTAS EM 2012

ALESSANDRO BRUCE LIED PADILHA<sup>1</sup>; ROSANGELA SCHULZ<sup>3</sup>

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – bruce.padilha@gmail.com

<sup>3</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – rosangelaschulz@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O surgimento dos partidos políticos no Brasil remonta ao período monárquico, iniciando em 1822 a sua história, momento posterior a Independência Nacional. Os eventos histórico-políticos que sucedem sua criação não são caracterizados por um desenvolvimento sem mudanças e rupturas, pelo contrário, os partidos políticos no Brasil passam por momentos em que são dissolvidos ou mesmo postos na ilegalidade. Nesse sentido, Andrada (2007, p. 25) elenca 9 fases ao se referir sobre o Sistema Partidário Brasileiro.

O primeiro se refere ao período que vai de 1822 a 1831 e tem como expoentes o Partido dos Brasileiros e o Partido dos Portugueses; o segundo período inicia em 1835 e finda com a data de início da fase republicana, 1889; em 1891 inicia-se a 3<sup>a</sup> fase, indo até 1930, findado pelo golpe perpetrado por Getúlio Vargas, que tira Washington Luís do poder e impede a posse de Júlio Prestes; a 4<sup>a</sup> fase tem início em 1930 e é caracterizada pelo Sistema Partidário de Partidos estaduais e chega ao seu fim com a entrada de Vargas em 1937, situação na qual os partidos políticos são extintos.

Após o período intitulado Estado Novo, a 5<sup>a</sup> fase se inicia com o surgimento de novos Partidos Políticos em 1945 e 1946, sistema que chega ao fim pelo Ato Institucional de número 2 de 1964; a 6<sup>a</sup> fase é caracterizada pelo regime de exceção em que a existência dos dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), é sustentada por motivos legais, abarcando o período de 1965 até 1979; o 7º momento inicia em 1979 com a extinção dos partidos inaugurados na fase anterior para o momento em que são criadas novas agremiações; após a abertura política de 1979, em 1985 inicia-se a 8<sup>a</sup> fase por meio da emenda Constitucional número 25 cujo conteúdo amplia as bases para o pluripartidarismo; e, por fim, a 9<sup>a</sup> fase diz respeito ao período que começa em 1995, a partir da Lei nº 9096 que, sob influência da Constituição de 1988 e de seu artigo 17, insere novas bases para os partidos políticos, conferindo maior liberdade para sua organização (ANDRADA, 2007, p. 35).

No que diz respeito aos partidos de esquerda, é necessário apontar o Partido Comunista do Brasil, que teve sua origem no ano de 1922, como produto do movimento da III Internacional, evento que conferiu orientação para a inauguração de agremiações partidárias de viés comunista em todos os continentes (PCdoB, 2016). Sua trajetória é marcada por períodos conturbados, sendo colocado na ilegalidade grande parte de sua existência. O partido troca seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro em função das críticas que sustentavam que este era uma agremiação da URSS no Brasil (PCB, 2016). A partir de uma cisão dentro do partido, nasce a sigla Pcdob, remontando a sigla originária. Logo após os militares tomam o poder, em 1964, e os partidos políticos até então vigentes no cenário político brasileiro são colocados na ilegalidade pelo Ato Institucional de número 2.

Dentro desse ambiente de excessão que se instala no Brasil por meio da ditadura militar surge o Partido dos Trabalhadores, agremiação política com caráter classista que tem suas bases no sindicalismo (SILVA, 2011, p. 19). Sob o ideário de esquerda, entonado pelo discurso da causa proletária, é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Diferenciando-se do legado precedente da esquerda no Brasil, o PT unifica a luta pela democracia e pela questão social por meio de uma ideia de socialismo democrático (MOREIRA, 2000, p. 29). O partido se desenvolve ao longo dos anos e conquista a presidência da república nas eleições de 2002. Seu apogeu foi representado pela ascensão do partido ao Palácio do Planalto, e sua primeira grande dificuldade foi enfrentar o envolvimento de inúmeros parlamentares petistas no esquema de corrupção que ficou conhecido como Mensalão.

Será nesse contexto, em meados do ano 2000, que surge o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), origem que decorre de uma ruptura ocorrida dentro do Partido dos Trabalhadores (SILVA, 2011, p. 22), evento esse que está ligado a mudança de perspectiva pela qual o PT passa: de um *locus* de oposição aos governos no “poder” para uma condição de governo com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Diante de sua ascensão ao poder, o partido sofre uma “mudança de posição” em relação ao seu discurso e as medidas que defendia antes de tornar-se governo (BRAGA, 2011, p. 277 apud VEIGA, 2007; SAMUELS e ZUCCO, 2010).

O “abrandamento” do PT em relação a sua posição à esquerda no espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros expressa-se de modo gradativo a fim de aumentar sua viabilidade eleitoral (SILVA, 2011, p. 20 apud AMARAL, 2002). Se o referido partido inicia sua trajetória a partir do enfrentamento da ditadura militar brasileira no fim dos anos 1970 e detendo um cunho classista, nos anos 1990 seu campo majoritário “passa a defender com êxito um caráter progressivamente moderado ao partido” (SILVA, 2011, p. 20 apud SILVA, 2010).

O partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido político que é o objeto de pesquisa do presente estudo, foi fundado em 2004 e obteve seu registro em 2005 junto a Justiça Eleitoral. O partido assume o comprometimento com o ideário de esquerda, seja no discurso de seus parlamentares, seja no seu estatuto e/ou programa, de tal maneira, as perspectivas que orientam o partido são a democracia, socialismo e liberdade, viés principiológico em que são rejeitadas ideias totalitárias e regimes de partido único. Em seu programa são apontadas as várias frentes que o partido defende: o combate ao racismo, a defesa dos direitos das mulheres, a livre expressão sexual e a defesa da classe trabalhadora são algumas delas.

Mais especificamente, o PSOL de Pelotas adquiriu expressividade entre os eleitores, destacando-se na eleição de 2012 para prefeito da cidade, quando o candidato Jurandir Silva obteve 13,09% dos votos, situando-se na terceira posição e galgando a marca de maior votação da história do PSOL gaúcho e uma das maiores do Brasil em termos proporcionais. Concernente ao pleito eleitoral e ao número de votos recebidos, é importante ressaltar os poucos recursos com que contava a candidatura de Jurandir em comparação aos candidatos que obtiveram as primeiras posições.

Em vista das realidades locais, SOUZA BRAGA E RODRIGUES-SILVEIRA (2012 apud ROCHA E KERBAUY, 2014, p. 25) arguem tam sobre a importância do estudo das realidades eleitorais subnacionais para uma compreensão mais profunda do processo eleitoral na democracia brasileira. Os autores ressaltam, nesse sentido, a necessidade de estudos empíricos que desvalem e busquem compreender de modo acurado a realidade política dos municípios, vislumbrando

os fatores que têm maior influencia na decisão dos pleitos eleitorais dessas localidades. Em vista dos elementos apontados, questiona-se: Como o PSOL, sendo um partido político de poucos recursos, conseguiu ter um desempenho eleitoral expressivo na eleição majoritária de 2012 em Pelotas?

A pesquisa tem como objetivo principal compreender os fatores que contribuiram para que o PSOL Pelotas tivesse um bom desempenho na eleição majoritária de 2012. Como objetivos específicos têm-se: (1) analisar a performance de Jurandir Silva sob a ótica deste configurar-se (ou não) como uma figura carismática; (2) analisar se em 2012 a conjuntura eleitoral era favorável ao PSOL em vista das regras eleitorais até então vigentes e; (3) analisar os recursos humanos e materiais utilizados pelo PSOL Pelotas na competição eleitoral para a prefeitura.

## 2. METODOLOGIA

Em vista do questionamento feito e dos objetivos elencados, a pesquisa conta com uma abordagem qualitativa e com uma revisão de literatura. Como técnicas de pesquisa utiliza-se:

- 1) Estudo de caso do PSOL Pelotas.
- 2) Pesquisa direta não participante.
- 3) Pesquisa documental em que os documentos referentes a eleição de 2012 (programa e panfletos) são analisados a fim de se obter maiores informações sobre o “apelo” do PSOL Pelotas para a conquista de votos.
- 4) Análise de conteúdo dos debates televisivos em que o candidato do PSOL esteve presente para que se possa identificar, ou não, elementos de apelo ao carisma por parte do candidato.
- 5) Entrevistas semiestruturadas aplicadas as pessoas que cuidaram da campanha de Jurandir Silva e aos militantes político-partidários que fizeram parte da campanha eleitoral.
- 6) Métrica para verificar quantos acessos as páginas destinadas a promoção do candidato atingiram.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não é possível apresentar os resultados da pesquisa, uma vez que a pesquisa está em andamento. O pesquisador encontra-se inserido no PSOL e acompanhando o pleito eleitoral deste ano por entender que esse processo terá similaridades com o processo eleitoral de 2012. De modo mais específico, acredita-se que o acompanhamento é necessário para se entender de modo mais profundo a dinâmica do partido e como os militantes político-partidários se organizam em termos do desafio de competir pela prefeitura de Pelotas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Bonifácio de. A crise dos partidos, do sistema eleitoral e a militância política. – 2. Ed. Barbacena: UNIPAC, 2007.

**PCdoB. História do Pcdob.** Site do partido político. Acesso em 09 de agosto de 2016. Online. Disponível em:  
<http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1910.htm>

**PCB. As diferenças entre PCB e PCdoB.** Site do partido político. Acesso em 09 de agosto de 2016. Online. Disponível em:  
[http://wwwpcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1736:as-diferencias-entre-pcb-e-pcdob&catid=29:organizacao](http://wwwpcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1736:as-diferencias-entre-pcb-e-pcdob&catid=29:organizacao)

MOREIRA, C. A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública.** Campinas, V. VI, n.1, p. 17-54, 2000.

ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. . Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: Marta Mendes da Rocha; Maria Teresa Miceli Kerbauy. (Org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros.** 1ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014, v. , p. 17-34.

SILVA, J. C. G. **Partido, Política e organização: O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010).** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná.